

**Ilustríssimo Senhor Pregoeiro**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2020**

**08006.000180/2019-08**

**1.FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.801.587/0001-38, estabelecida no SOF Sul, quadra 18, conjunto A, lote 03, Guara II, Brasília - DF, por intermédio de seu representante legal vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, para tempestivamente apresentar:

## **Impugnação ao ato convocatório**

2.Ao Pregão eletrônico N. 020/2020, pelos motivos e fundamentos que a seguir encontram-se aduzidos:

### **Da Tempestividade**

3. “21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@mj.gov.br](mailto:licitacao@mj.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço à Coordenação de Procedimentos Licitatórios/COPLI – MJ, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”, Anexo II, sala 621, em Brasília – DF, CEP 70064-900.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.”

4. Portanto a solicitação está dentro do prazo estipulado em edital.

### **Da Habilitação à Impugnação**

5.A ora requerente, está devidamente de posse do Edital do pregão eletrônico N. 020/2020, e, diante do objeto social e condições da licitação, constituindo a impugnante, em legalmente interessada neste certame, cujo objeto trata:



## 6. "1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Solução para Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos , composta pela Sala Cofre certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247, Sala de UPS, Grupos Geradores, Sala de Telecom e Sala NOC, que atendam às necessidades de proteção física das infraestruturas e sistemas críticos de Tecnologia da Informação e Comunicações para atendimento das necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 2 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem."

## PRELIMINARMENTE

7.O Edital do Pregão Eletrônico 072/2018, foi reproduzido com diversos vícios e limitando a participação de empresas interessadas na presente licitação, pois está havendo restrição na participação do certame. Estes pontos do edital serão detalhados a seguir.

## DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

### 8. Segundo itens do edital:

"9.11.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.2.1.1. Comprovação de aptidão para a implantação de sala cofre certificada, segundo a norma ABNT NBR 15.247, com seus subsistemas, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, contendo expressamente a indicação dos seguintes quantitativos:

9.11.2.1.1.1. Célula estanque com painéis com no mínimo 20 m2 de área;

9.11.2.1.1.2. Gerador com capacidade mínima de 150 kVA;

9.11.2.1.1.3. Sistema de UPS com capacidade mínima de 60 kVA;

Sistema de UPS com capacidade mínima de 60 kVA;

9.11.2.1.1.4. Sistema de climatização de precisão para a Sala Cofre, com pelo menos dois

9.11.2.1.1.4. climatizadores com capacidade mínima de 05 (cinco) TR por equipamento;

climatizadores com capacidade mínima de 05 (cinco) TR por equipamento;

9.11.2.1.1.5. Sistema de detecção, alarme e combate a incêndio com utilização de gás FM -200, qualquer dimensão;



- 9.11.2.1.1.6. Sistema de controle de acesso do tipo biométrico, com pelo menos 02 (dois) leitores;
- 9.11.2.1.1.7. Sistema de CFTV, com pelo menos 07 (sete) câmeras;
- 9.11.2.1.1.8. Realização de teste de estanqueidade conforme a norma ASTM E779;
- 9.11.2.1.1.9. Os quantitativos acima exigidos, são condições mínimas e razoáveis para a comprovação do objeto, tendo em vista que visam a comprovação de pelo menos 50% da capacidade do que está sendo contratado.
- 9.11.2.1.2. A licitante deverá apresentar CERTIFICADO ou DECLARAÇÃO FORNECIDA POR ORGANISMO CERTIFICADOR DE PRODUTO (OCP) DEVIDAMENTE ACREDITADO PELO INMETRO PARA O ESCOPO SALA COFRE, onde conste que a sala cofre é certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247.
- 9.11.2.1.3. A licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO FORNECIDA PELO FABRICANTE da sala cofre, onde conste que a mesma está aderente à norma NBR 60529 quanto ao grau de proteção IP 66 ou IP 67 e WK3/RC3 ou WK4/RC4 para ENV/EN1627.
- 9.11.2.1.3. A licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO FORNECIDA PELO FABRICANTE da sala cofre, onde conste que a mesma está aderente à norma NBR 60529 quanto ao grau de proteção IP 66 ou IP 67 e WK3/RC3 ou WK4/RC4 para ENV/EN1627.”

“ 1.1.6. do Termo de referencia . A norma a ser aceita será exclusivamente a NBR 15.247, por possibilitar um processo de certificação nacional e acreditação pelo INMETRO. Vale ressaltar que não serão aceitos questionamentos nesse sentido, ou solicitações para inclusão como alternativa a certificação do ECB- S (European Certification Body) EN 1047-2 e acreditação do DAkkS, pois, apesar da norma brasileira se basear na norma europeia, não é uma cópia fiel, os procedimentos de certificação não são similares ou equivalentes. A Certificação da norma brasileira não se preocupa somente com a eficiência do produto para os efeitos de um incêndio, pois exige que o produto, além de atender os requisitos de proteção contra incêndio, atenda também a requisitos relacionados aos efeitos do incêndio, como proteção contra pó e água, teste de estanqueidade contra descarga de água por chuveiros automáticos do tipo sprinklers e teste de estanqueidade in loco. Esses testes adicionais são exigências para que se proteja contra os riscos citados pelas normas NBR 11515 e NBR ISO/IEC 27001. Portanto a NBR possui exigências adicionais que a tornam mais realista e segura.”

9. Primeiramente gostaríamos de tratar do item manutenção da sala cofre, que deverá ser lançado em outro edital, pois este edital não está em conformidade com o TCU em relação a manutenção de sala cofre. Para eliminar esta restrição do certame, solicitamos a retirada das manutenções dos itens deste edital, efetuando outras licitações quando do término das garantias dos itens para as manutenções.

10. Podemos citar que quanto a manutenção de sala cofre, em relação a norma ABNT NBR 15.247 já existe jurisprudência no sentido de proibição e exigência de certificação ABNT NBR 15.247 para salas cofres em ACÓRDÃO Nº 946/2010 do Tribunal de Contas da União.

11. trecho do acórdão: “A atenta leitura dos trechos acima colacionados permite a clara evidencição de que sempre estiveram bem diferenciadas as questões atinentes à construção e à manutenção de sala-cofre. Para a construção de uma sala-cofre existem certificações emitidas por órgãos técnicos próprios, entre elas a ABNT NBR 15247. Todavia, a jurisprudência do Tribunal é firme no sentido de que para contratar a manutenção de uma sala-cofre construída segundo essa norma, a empresa licitante não precisa ter a mesma certificação de construção.

Em razão do edital do STF questionado nesse processo ter se afastado dessa jurisprudência é que foi expedida a recomendação constante do item 9.4 do acórdão embargado: “em futuras licitações para manutenção da sala-cofre, abstenha-se de restringir a aceitabilidade de propostas a empresas que detenham certificação específica para a produção [construção da sala-cofre] do produto objeto da manutenção [prestação de serviços de suporte técnico



com manutenção preventiva para a sala-cofre], em prejuízo à ampla concorrência e em afronta ao disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.”

12. Portanto o motivo para retirar deste certame as manutenções preventivas e corretivas dos itens. É bem clara a evidência de restrição em incluir a manutenção dos itens neste certame.

13. Ainda em relação a exigência desta sala de alta criticidade ser certificada pela norma ABNT NBR 15.247, uma situação que não permite tal exigência, se trata das dimensões desta sala cofre em questão, que está fora do dimensionamento exigido pela norma ABNT NBR 15.247.

14. Vejamos na descrição do texto da Norma ABNT NBR 15.247 o que se é exigido:

#### **Restrição de dimensões de salas cofres segundo a Norma NBR 15247**

#### **. Introdução à NBR 15247:2004**

1. A Norma em tela tem diversas especificidades cuja exposição será relevante para o exame ulterior, dedicado à demonstração das irregularidades praticadas no mercado.
2. A Norma inicia estipulando seus objetivos, enunciando que é fundamental a realização dos ensaios estabelecidos em seu texto para que os ambientes de segurança tenham atestado seu grau de proteção.
3. Neste sentido, prescreve que são os tipos de produtos considerados: o “corpo-de-prova”, que, segundo o item 5 da norma, é o protótipo do ambiente (sala-cofre ou cofre para hardware) cujas características de resistência a fogo pretende-se determinar, e o “produto de série”, que é o que será produzido e posto à venda por determinado fabricante.
4. A atenção, no caso presente, será para as Salas-Cofre Tipo B. Ao especificar os ensaios e o corpo-de-prova para a certificação destas Salas-Cofre, a Norma dispõe o seguinte na parte final de seu subitem 5.2.1:

**A célula externa deve ter as seguintes dimensões externas:**

– **Altura: (2.800 ± 100) mm**

– **Largura: (3.000 ± 100) mm**

– **Comprimento: (4.000 ± 100) mm**

5. O estabelecimento destas medidas é compulsório. Não há margem de manobra para o fabricante e para o organismo certificador: o corpo-de-prova deverá ter exatamente as medidas fixadas, respeitados, obviamente, os critérios de aproximação constantes da própria norma.
6. Por sua vez, a mesma norma, no item 1 (“Objetivo”), estabelece que o produto de série não pode destoar completamente do corpo-de-prova se for pretensão do fabricante que o primeiro obtenha a mesma classificação de proteção do corpo-de-prova:



Salas-cofre e cofres para hardware que tenham o mesmo projeto, proteção e características construtivas (tais como tipo e espessura da construção e material de proteção, forma geométrica, fechaduras, portas etc.) receberão a mesma classificação de proteção do corpo-de-prova se a máxima diferença estiver dentro das faixas apresentadas na tabela 1. (grifo nosso)

**Tabela 1 – Diferenças permitidas entre o produto de série e o corpo-de-prova**

Descrição	Diferenças de dimensão permitidas, em porcentagem, <u>em apenas uma das dimensões do corpo-de-prova</u> (grifo nosso)	
	Mínimo	Máximo
Salas-Cofre tipos A e B altura interna largura interna comprimento interno	- 50%	Sem limitação
Cofre para hardware altura interna largura interna comprimento interno	- 15%	+ 50%
Dimensões do vão de luz das portas altura e largura	- 15%	+ 15%
Espessura de paredes, tetos, piso e portas	- 3%	Sem limitação
Aberturas (dimensões externas), tais como dutos de ventilação	Sem limitação	+ 15%
NOTA Diferenças para a tolerância (- 3% para paredes, tetos, piso e portas) serão somente permitidos com autorização do órgão certificador ou laboratório responsável pelo ensaio		

7. Fica bastante claro que, para aproveitar eventual certificação alcançada pelo corpo de provas, o produto de série (Sala Cofre comercializada efetivamente) deve atender as prescrições acima no que concerne à variação das dimensões, o que, segundo a Tabela 1 transcrita, permite a variação de apenas uma das dimensões, segundo os critérios mínimos e máximos traçados.
8. Como o corpo de provas tem medidas estabelecidas em 2,8m x 3m x 4m, um produto de série, para aproveitar a certificação de seu protótipo deve, ao menos, conservar duas das três medidas em questão, podendo variar a restante sem limitação (em caso de aumento) ou em até 50% (em caso de diminuição).
9. Ilustramos as seguintes três possibilidades de dimensão para Salas Cofre de série (Altura x Largura x Comprimento):



- Primeiro caso: 2800mm x (qualquer dimensão) x 4000mm (A x L x C);
- Segundo caso: 2800mm x 3000mm x (qualquer dimensão) (A x L x C);
- Terceiro caso: (qualquer dimensão) x 3000mm x 4000mm (A x L x C);

10. Ao especificar os requisitos para que os ambientes (sala-cofre tipo A, sala-cofre tipo B e cofre para hardware) obtenham a classificação de proteção, lista, na Tabela 2, assim dispõe:

**Tabela 2 – Requisitos das classes de proteção**

Classe de proteção	Elevação máxima da temperatura durante o ensaio de resistência ao fogo	Máxima umidade relativa durante o ensaio de resistência ao fogo	Requisitos durante o ensaio de impacto	Classe da fechadura de acordo com EN 1300	Estrutura do piso
S 60 D Tipo A	50 K	85%	Integridade conforme ABNT NBR 10636	A	Ensaio comparativo do piso para 6.6.3
S 60 D Tipo B	50 K	85%	Integridade conforme ABNT NBR 10636	A	Ensaio comparativo do piso para 6.6.3
C 60 D	50 K	85%	Integridade conforme ABNT NBR 10636	A	Ensaio comparativo do piso para 6.6.3

Onde:

S refere-se à sala-cofre

C refere-se a cofres para hardware

60 refere-se a 60 min de tempo a exposição ao fogo

D caracteriza o tipo de mídia e entidades de sistemas em que podem ser protegidos e incluem todos os tipos de mídias, exceto aquelas que perdem seus dados e temperaturas abaixo de 70°C e umidade relativa do ar abaixo de 85%

11. Seguindo o exame, acha-se o item 4.4, segundo o qual “[quando a laje sobre a qual se apoia a sala-cofre ou cofre para hardware, em situação de incêndio, estiver sujeita ao fogo na sua face inferior, ela deverá apresentar resistência ao fogo por 90 min”.
12. Ao longo de todo o item 5, são apresentados os detalhes técnicos de constituição dos corpos-de-prova de cada um dos ambientes de segurança tratados. Para a Sala-Cofre Tipo B, os requisitos encontram-se no subitem 5.2 e nos itens 5.4 a 5.8.



13. Ao longo do item 6, os elementos dos ensaios dos corpos-de-prova são tratados. Importa ressaltar que, nos termos do subitem 6.8, todo ensaio deve apresentar um “Relatório de Ensaio”, que deve indicar, dentre outros, os detalhes dos pontos de medição (alínea “h”), os detalhes de medição de temperatura, umidade, resistência ao fogo, impacto, comparação de piso e integridade da sala (alínea “i”), fotografias tiradas antes, durante e depois do ensaio (alínea “m”), entre outros.
14. Por fim, o item 7 exige a identificação das salas-cofre produzidas em conformidade com a norma. Sendo que a identificação deve ser fornecida pela entidade certificadora.
15. Assim, acredita-se haver um panorama geral, mas suficiente, para o entendimento do que estabelece a Norma NBR 15247:2004 quanto aos ambientes de segurança “Sala-Cofre Tipo B”.
16. Portanto podemos concluir que sem dúvida nenhuma para que uma sala cofre feita em série seja certificada segundo a norma NBR 15/247, deverá obedecer aos critérios de dimensionamento citados acima.

15. No edital, em seus anexos, é perfeitamente visível que as dimensões de comprimento de 7,30 metros e de 5,49 metros de largura extrapolam e muito as dimensões permitidas pela norma ABNT NBR 15.247, e entendemos que o edital está equivocado em relação a exigir uma certificação da norma ABNT NBR 15.247 para a sala de alta criticidade objeto deste certame. Além da vontade de se adquirir uma sala certificada ABNT NBR 15.247, tem-se que seguir uma norma técnica da ABNT para tal finalidade, não podendo em edital efetuar exigências acima das normas da ABNT.

16. Conforme está na norma ABNT NBR 15.247 solicitamos anular este edital e lançar outro termo de referência, pois as dimensões de uma sala cofre tem restrições e a forma geométrica também tem restrições podendo ser somente de forma retangular. Uma sala cofre certificada pela ABNT NBR 15.247 não pode ser construída sem critérios e a norma ABNT NBR 15247 determina estas situações mencionadas acima. O que não está dentro da norma, não é uma sala cofre certificada NBR 15.247.

17. Outro ponto que deve ser apontado nesta impugnação é o fato de que no mercado somente ao grupo ACECO /GREEN4TI ser detentor de atestado técnico com certificação ABNT NBR 15.247. Apesar da fabricante TRUCKVAN também possuir certificação ABNT NBR 15.247 em seu produto, não temos conhecimento de processos licitatórios onde a fabricante apresentou algum atestado técnico com sala cofre certificada ABNT NBR 15.247.

18. Portanto a exigência de tal atestado técnico com sala cofre certificada ABNT NBR 15.247 também é restritiva.

19. Merece destaque, o pensamento doutrinário de Celso Bandeira de MELLO (2004, p. 73), para o Direito Administrativo, o princípio da isonomia ou da igualdade dos administrados em face da Administração anda de mãos dadas com o princípio da impessoalidade. Em outras palavras, a igualdade refere-se não à Administração Pública em si, que representa os interesses da coletividade, supremos em relação ao interesse privado. A igualdade, em Direito Administrativo, concerne ao modo como a Administração Pública deve tratar os administrados.

20. Tratar os administrados de forma igualitária pressupõe não favorecer nem desfavorecer qualquer um deles. A Administração deve tratar a todos igualmente, impessoalmente, sempre visando à consecução do interesse público, restringindo-se à legalidade de seus atos.

21. A Constituição Federal não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados: art. 37, XXI:





“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

22. Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93:

“É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato”, ressalvadas exceções (§§ 5º a 12 do artigo e art. 3º da Lei n. 8.248/91, que dizem respeito a produtos manufaturados, serviços e informática)

23. Então, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências que a administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

24. Toda licitação tem edital com cláusulas que restringem o objeto e o universo dos participantes, uma vez que a Administração necessita de um dado objeto (o que exclui os demais, semelhantes ou não) e de condições pessoais do futuro contratado que conduzam à alta probabilidade de que o contrato será cumprido.

25. Quanto maior e mais complexa a obra a realizar, maiores deverão ser as exigências da Administração. No entanto, estas exigências não podem ir além do estritamente necessário à obtenção do objeto desejado pelo Poder Público.

26. É neste “fio da navalha” que a Administração está: de um lado, deve formular as exigências indispensáveis à boa seleção do contratado e ao cumprimento do contrato; de outro lado, não pode ir além deste estritamente necessário, que, na realidade, na maioria das vezes, é verificado caso a caso.

25. Por outro lado, a Administração deve ir ao mercado para conseguir a realização da obra. Nesta ida, deve obedecer, salvo no caso de a lei autorizar a dispensa, aos princípios e finalidades da licitação: selecionar a proposta mais vantajosa e assegurar igualdade entre todos os que estão em condições de executar a obra. No entanto, a lógica do mercado é outra, vale dizer, a do lucro, a da celebração do contrato. Estas duas finalidades chocam-se muitas vezes e a lei deve assegurar à Administração o mínimo indispensável para a proteção de seus interesses, sem descurar do atingimento da finalidade do certame.

27. Portanto, a Administração pode e deve formular exigências; mas, ao fazê-lo, deve ter transparência, e por norte somente o indispensável à obtenção do objeto, sem abusos, extrapolações, ou restrições.

28. E Como já demonstrado, não obstante a violação do princípio da legalidade, por desrespeito ao art. 30, § 5º da Lei 8.666/93, o edital ainda afronta o princípio da competitividade, que é intrínseco ao procedimento licitatório, na forma prevista no art. 3º, § 1º, inciso I, in verbis:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências





ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;”

29. Decerto, o pregão eletrônico é modalidade licitatória criada para aumentar a quantidade de participantes, para ampliar a disputa e fomentar a competição saudável entre os licitantes, de forma a preencher as necessidades da Administração. Sem dúvidas, a competição é a alma da licitação porque quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado, razão pela qual é imprescindível que se evite qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, restringindo a competição.

30. O procedimento trazido a público com requisito de habilitação totalmente restritivo, como o elencado nos detalhes acima descritos fere de morte o princípio da legalidade e da competitividade, motivando a insurgência da impugnante nos termos aqui expostos.

## DOS REQUERIMENTOS

31. Portanto, segundo a inteligência das Leis 8.666/93 e 10.520/2002, o espírito do Pregão deverá atender ao incentivo da competição e ao interesse público, vedando exigências feitas em estrapolação, restrição e sem justificativa técnica.

32. Diante do exposto, requer-se a alteração do edital do pregão eletrônico 020/2020, para que sejam retiradas, incluídas e alteradas as solicitações descritas, nos itens do edital e anexo, nos termos do já explicitados acima.

33. A suspensão do procedimento no Edital PREGÃO nº.020/2020 com vistas a corrigir a ilegalidade perpetrada quanto às exigências encontradas, que devem ser expurgadas do edital.

34. Caso não seja este o entendimento, que seja encaminhado a autoridades superiores para análise.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília- DF, 08 de setembro de 2020



Luiz Felipe Herrero Madureira

Representante Legal

Flashx Construtora e Incorporadora Ltda

CNPJ 00.801.587/0001-38

[flashx@flashx.com.br](mailto:flashx@flashx.com.br) – (61) 3223.2022

